



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Unidade curricular

Direito Fiscal Internacional

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Paula Rosado Pereira – 2 horas (S1 e S2)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A presente unidade curricular pretende apoiar os alunos no desenvolvimento de conhecimentos aprofundados sobre os grandes temas do Direito Fiscal Internacional. Procura alcançar-se tal objetivo através do estudo das bases teóricas do Direito Fiscal Internacional, a nível de conceitos, princípios e instrumentos internacionais; mediante o fomento de uma capacidade crítica, teoricamente sustentada, em relação às soluções consagradas a nível interno e internacional; e estimulando a análise e discussão sobre os temas mais atuais e controversos da fiscalidade internacional, tais como os desafios colocados pela erosão da base tributária ou pela tributação da economia digital.

Conteúdos programáticos

I. DFI – Objeto e conceito essenciais

1. Objeto
2. Fontes
3. Conceitos essenciais do DFI
4. DTJI e DTEI

II. Princípios fundamentais do DFI

1. Primórdios do DFI
2. Grandes princípios norteadores

III. Residência, fonte e estabelecimento estável

1. Conceitos
2. Questões de equidade e de eficácia
3. Problemas específicos de aplicação
4. Estabelecimento estável – O conceito e as suas limitações no contexto atual

IV. Convenções para Evitar a Dupla Tributação (CDTs)

1. Surgimento e evolução das CDTs
2. Funcionamento e efeito prático das CDTs
3. Efeito negativo das CDTs
4. Articulação das CDTs com o direito interno – Coexistência, hierarquia e interação
5. Articulação das CDTs com o direito europeu



V. Interpretação das CDT

1. Regras gerais de interpretação
2. Interpretação estática vs. atualista
3. Valor das Reservas, dos Comentários e Observações
4. Comentários ao MC OCDE – Análise aprofundada
5. A questão das qualificações

VI. Modelo de Convenção da OCDE

1. Estrutura e características essenciais
2. Âmbitos objetivo e subjetivo de aplicação
3. Resolução de conflitos positivos de residência
4. Repartição do poder de tributar entre os Estados
5. Regras para os vários tipos de rendimento
6. Métodos de eliminação da DTJI – Modalidades e ponderação crítica
7. Eliminação da DTEI - Limitações
8. Princípio da não discriminação
9. Particularidades do MC OCDE de 2017 e o Projeto BEPS

VII. Modelo de Convenção da ONU e outros Modelos

1. Características essenciais
2. Principais diferenças face ao MC OCDE

VIII. Abuso das CDTs e cláusulas antiabuso

1. Formas de abuso das CDTs
2. O *treaty shopping* em particular
3. Cláusulas de tributação efetiva nas CDTs
4. Cláusulas de beneficiário efetivo
5. Cláusulas LOB
6. Cláusulas PPT

IX. Convenção Multilateral

1. Prevenção da erosão da base tributária e da transferência de lucros no âmbito das CDTs
2. Convenção Multilateral – Origem, objetivos e funcionamento

X. Atual contexto internacional e desafios ao DFI

1. Planeamento fiscal internacional e elisão fiscal internacional
2. Liberdade de gestão vs. abuso fiscal – Problemas ao nível dos conceitos e das fronteiras entre eles
3. Concorrência fiscal prejudicial – O papel dos Estados
4. Economia digital – Principais características e análise dos desafios em matéria tributária
5. Novas formas de cooperação fiscal

XI. Novo Direito Fiscal Internacional

1. O papel da OCDE, do G20 e da União Europeia
2. O projeto BEPS – Origem, linhas gerais e principais ações
3. Tributação da economia digital – Evolução das perspetivas e das propostas a nível internacional
4. Cláusulas antiabuso nacionais, de Direito Europeu e das CDTs – Problemas de conjugação
5. Evolução do conceito de estabelecimento estável e perspetivas na era pós-BEPS



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

6. Preços de transferência – Cerne do tema, linhas gerais e alternativas
7. Híbridos assimétricos – Definição e regimes
8. Tributação das empresas e dos grupos empresariais multinacionais – Evolução das perspetivas e das propostas a nível internacional
9. BEPS 2.0 – Pilar 1 – Atribuição de novos direitos de tributação
10. BEPS 2.0 – Pilar 2 – Nível mínimo de tributação efetiva
11. Troca de informações no plano internacional – Evolução e traços essenciais do regime
12. Bilateralismo vs. multilateralismo no DFI (Soberania estadual vs. coordenação fiscal internacional)

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos visam articular harmoniosamente as perspetivas teórica e prática do Direito Fiscal Internacional, ao partir dos princípios e conceitos essenciais deste ramo do Direito para a discussão dos temas mais atuais e relevantes da fiscalidade internacional.